



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
SEGOV/CONFOCO-MG - Conselho Estadual de Fomento e Colaboração –
instituído pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, e pelo Decreto nº 47.132, de
2017

Ata

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Fomento e Colaboração de 2026 -
CONFOCO-MG

DATA: 27 de agosto de 2026 (quinta-feira)

HORA: 09h às 13h

LOCAL: Sede da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais - Rua dos Timbiras, 2072, Belo Horizonte/MG

ABERTURA

1. Quórum de Participantes: A confirmação de presença da reunião ocorreu por meio de lista de presença física. Estiveram presentes, em ordem alfabética:

Aline Seoane Resende Paulino (Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - CeMAIS), titular;
Anna Beatriz Alves Otoni (Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - CeMAIS), suplente;
Beatriz S. Marques (Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE/MG), titular;
Delânzia Junho (Ministério Público de Minas Gerais - MPMG/CAOTS), convidada;
Elizabeth G. Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese), suplente;
Érika Xavier Antônio (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa), suplente;
Isabela Medeiros (Secretaria de Estado de Governo - Segov), suplente;
Isabella Marilac de Lima Passos (Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult), titular;
João Augusto Troleis Castilho (Secretaria de Estado de Governo - Segov), Secretário Executivo;
Lara Soares Casasanta Latorre (Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult), suplente;
Liziane Emília Coura Andrade Lessa (Secretaria de Estado de Governo - Segov), presidente e titular;
Marcela Giovanna (Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - CeMAIS / Confoco-BH), convidada;
Márcia Santana de Sousa (Plataforma MROSC - MG), titular;
Maria Tereza Feldner (Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Minas Gerais - Feapaes), titular;
Maurício da Cunha Paiva (Plataforma MROSC - MG), titular;
Rafael Amaral Brant Machado (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad), suplente;
Raquel F. Tenório Seco (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG), titular;

Rodrigo dos Santos França (Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom), suplente;
Thiago Alvarenga Araújo (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp), titular;
Thiago Alves Henriques (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp), suplente;
Victoria Chagas (Prisma Consultoria), convidada.

ATIVIDADES

Observação: Ressalta-se que todas as pautas apresentadas seguiram um rito padrão: apresentação do tema, seguida de abertura para dúvidas e manifestações dos presentes.

Pautas da Reunião:

- Apresentação Inicial: Atualização sobre a alteração do Decreto 47.132/2017;
- Apresentação da Comissão Técnica de Atos Normativos (CTAN);
- Apresentação da Comissão Técnica de Formação e Gestão de Conhecimento (CTFGC);
- Apresentação da Comissão Técnica de Articulação, Mobilização e Participação Social (CTAMPS);
- Discussão dos casos operacionais e normativos;
- Apresentação: Fortalecer o MROSC em Minas Gerais;
- Encaminhamentos e deliberações.

Desenvolvimento:

1. Apresentação Inicial: A presidência iniciou os trabalhos apresentando o fluxo de alteração do Decreto nº 47.132/2017, com destaque para a proposta de mudança do mandato do conselho de 2 para 3 anos, acrescida da possibilidade de uma recondução. Foi informado que a análise jurídica da minuta já foi concluída com parecer favorável para publicação ainda em 2026, devendo as próximas etapas de consolidação e apreciação pelo plenário ocorrerem até dezembro.

2. Apresentação das Comissões:

- Pela representação da **Comissão Técnica de Atos Normativos (CTAN)**, foram expostos os resultados do diagnóstico do MROSC, identificando gargalos operacionais críticos como a burocracia na origem, exigências excludentes de contrapartida, morosidade processual e a duplicidade de sistemas entre o SEI e o SIGCON-MG. Foram propostas soluções focadas na desburocratização, simplificação procedimental e adoção de fiscalização por amostragem baseada em matriz de risco.
- Pela representação da **Comissão Técnica de Formação e Gestão de Conhecimento (CTFGC)**, enfatizou-se a urgência de simplificar a linguagem burocrática e acelerar as análises institucionais. Pontuou-se a necessidade de alinhar o entendimento normativo por meio de uma política de capacitação estruturada,

voltada à padronização de processos e comunicação preventiva.

- Pela representação da **Comissão Técnica de Articulação, Mobilização e Participação Social (CTAMPS)**, demonstrou-se que grande parcela das organizações da sociedade civil possui acesso limitado ou considera inadequada a divulgação dos chamamentos públicos. Destacou-se também a deficiência na transparência ativa e no letramento digital, apontando o baixo conhecimento das entidades quanto aos canais de denúncia e obtenção de orientações.

- **Discussão dos casos e deliberações gerais:** O plenário debateu os desafios estruturais relatados, com foco especial na instabilidade sistêmica do SIGCON-MG e no impacto dessa infraestrutura na gestão de parcerias. Discutiu-se a responsabilidade do Estado no fomento à participação social, sugerindo um estudo comparativo (*benchmarking*) com o modelo adotado pelo conselho da Bahia. O conselho também debateu o esvaziamento das representações, decidindo pela estrita observância ao regimento interno em relação às faltas e pelo prosseguimento com a formatação de uma Comissão de Ética. Por fim, avaliou-se a criação de um plano de ação estratégico para o biênio 2027-2028.

3. Apresentação: "Fortalecer o MROSC em Minas Gerais": As convidadas Victoria Chagas (Prisma Consultoria) e Marcela Giovanna (CeMAIS / Confoco-BH) apresentaram um consolidado analítico baseado no diagnóstico do decreto. A exposição demonstrou que os gargalos da parceria não se limitam ao texto normativo, mas perpassam problemas de interpretação, processos, gestão e capacidade institucional de ambos os lados. Foi apontado que a rigidez da regra atual gera custos operacionais desproporcionais para organizações de menor porte e que há uma lacuna crítica de formação técnica, especialmente para a figura do "gestor da parceria". As convidadas defenderam um ponto de equilíbrio focado em resultados, propondo que o controle estatal deve orientar a execução da parceria, e não apenas atuar de forma punitiva no fim do processo. Dentre as propostas para o Conselho, sugeriu-se: a criação de um grupo de trabalho paritário com foco restrito nas alterações normativas estritamente necessárias; a adoção imediata de um pacote de padronização (modelos e *checklists*) que não depende de mudança no decreto; a criação de trilhas formativas; e o desenvolvimento de um plano para o enfrentamento do passivo de prestações de contas. Ao final da apresentação, foi realizada uma sugestão de planejar o desenvolvimento de uma trilha formativa certificada e segmentada por áreas temáticas, destinada tanto a gestores públicos de parcerias quanto às organizações da sociedade civil.

Encaminhamentos:

- Enviar ofício formal às organizações com registro de ausências recorrentes e respectivas justificativas para tratar da vacância, estabelecendo um prazo de 10 dias para resposta.
- A Secretaria Executiva fará a articulação direta com a equipe responsável pelo SIGCON-MG, a fim de repassar os relatos de instabilidade sistêmica e propor melhorias.
- Direcionamento para a Comissão Técnica de Atos Normativos (CTAN) na condução de trabalho específico

para conduzir a revisão normativa, com escopo restrito aos pontos que efetivamente exigem alteração no decreto.

- Instituir a Comissão de Ética para acompanhamento de conformidade regimental.
- Deliberação conjunta sobre a análise da vacância da vice-presidência conforme Edital e Regimento Interno do CONFOCO/ MG.
- Organização do processo de recondução e da próxima composição do Conselho: iniciar os procedimentos necessários à recondução dos atuais representantes e à formação da próxima composição do Confoco-MG, incluindo a consulta às organizações atualmente representadas quanto ao interesse em permanecer no Conselho e o planejamento para instituição da Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo.
- Verificar a possibilidade de acesso externo ao Drive do Confoco-MG e, se necessário, criar um repositório em nuvem (drive compartilhado) para centralizar a documentação, atas e estudos, facilitando o acesso equitativo entre todos os conselheiros.
- Rever a composição e participação nas Comissões, com atenção especial à Comissão de Articulação, Mobilização e Participação Social, que está com menor participação.
- Iniciar a discussão sobre calendário, reuniões presenciais, recursos para participação da sociedade civil, diárias, eventos e demais necessidades;
- Verificar a viabilidade de dotação orçamentária na LDO para garantir as atividades do CONFOCO MG para o próximo ano.



Documento assinado eletronicamente por **João Augusto Troleis Castilho**, **Secretário Executivo**, em 08/09/2026, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liziane Emilia Coura Andrade Lessa**, **Presidente (a)**, em 08/09/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **148663696** e o código CRC **B139E63C**.

Referência: Processo nº 1490.01.0000409/2025-14

SEI nº 148663696